

REGIÃO NORDESTE/ INSTITUTO PALMAS DE DESENVOLVIMENTO E SOCIOECONOMIA SOLIDÁRIA (CE)

Iniciativa solidária recebe crédito concedido com moeda alternativa

Roberta Defaveri

Aos 55 anos, a ex-dona de casa Maria Darcília é hoje proprietária da Palma Fashion, confecção que garante uma renda média mensal de R\$ 600 à viúva e aos 20 colaboradores que trabalham com ela. O empreendimento só foi possível graças à iniciativa pioneira surgida há 10 anos em uma comunidade carente da periferia de Fortaleza: o Banco Palmas. É através dele que Dona Darcília e os outros 30 mil habitantes do Conjunto Palmeiras têm acesso a empréstimos sem necessidade de comprovação de renda.

Foto: Divulgação



Maria Darcília, 55 anos, tornou-se microempresária graças a empréstimo do Banco Palmas

O Banco desenvolveu um sistema econômico comunitário que conta com uma linha de microcrédito alternativo para a população e instrumentos de consumo local (cartão de crédito e moeda própria) promovendo geração de emprego e renda aos mais pobres. “A iniciativa põe o brasileiro na condição de agente e protagonista de sua própria transformação”, diz o coordenador do projeto, Joaquim de Melo Neto.

Toda a filosofia do banco está voltada para a valorização da produção e a circulação de dinheiro na própria comunidade, incrementada com a existência da “palmas”, a moeda circulante local. Mais de 240 estabelecimentos comerciais do Conjunto oferecem descontos para quem compra com a moeda, incentivando o uso e fidelizando os consumidores. A medida já dá resultados: de acordo com dados da Federação do Comércio de Fortaleza, em 2007 as vendas aumentaram 30% em relação ao ano anterior.

Para compras ou pagamentos fora do bairro, qualquer produtor ou comerciante cadastrado no Banco Palmas pode trocar a moeda social por reais. Os empréstimos em palmas realizados no Banco são cobrados sem juros; já para aqueles feitos em reais, as taxas variam de 0,5 a 3%. A concessão dos empréstimos é baseada nas relações de proximidade: os analistas de crédito vão até a casa dos interessados e conversam com a vizinhança, para realizar o que chamam de “aval ético”, um controle muito mais

social do que econômico.

“A palavra de ordem é solidariedade”, conta Joaquim, explicando que as pessoas que tomam o empréstimo têm consciência de que precisam pagar as prestações em dia para que outras possam ter acesso ao crédito. Os vizinhos também cobram uma postura responsável do mutuário, já que deram um voto de confiança ao analista.

Desde a sua criação, em 1998, já são seis empresas comunitárias financiadas pelo Banco e cerca de 1.800 postos de trabalho criados. Hoje, graças à iniciativa, os 30 mil habitantes da favela têm acesso a crédito sem comprovação de renda. São 550 clientes e uma carteira ativa de R\$ 420 mil.

Seguindo o exemplo do Banco Palmas, já existem hoje, espalhados pelo País, 33 bancos comunitários em estados como Maranhão, Piauí, Bahia, Espírito Santo e Mato Grosso do Sul. Eles fazem parte do chamado “Sistema Palmas”: cada um tem gestão e moeda próprias, e poder de decisão local.

Desde 2005, uma parceria com o Banco do Brasil e a Secretaria Nacional de Economia Solidária assegura toda a infra-estrutura e a tecnologia financeira aos bancos comunitários do Sistema, ampliando a gama de serviços somente autorizada aos bancos oficiais, como a abertura de conta corrente e o pagamento de aposentados.

REGIÃO SUDESTE/ INSTITUTO KAIRÓS (MG)

Remédio tradicional, processo inovador

Vem das plantas e raízes de Minas Gerais o troféu que hoje enfeita o Instituto Kairós, ONG sem fins lucrativos criada em 2002 para promover o desenvolvimento sustentável da região. Através do projeto Farmácia Viva, são disponibilizados gratuitamente aos quase três mil moradores do distrito de Macacos, medicamentos fitoterápicos produzidos por voluntários da própria comunidade.

Macacos fica no município de Nova Lima, localizado a 30 quilômetros de Belo Horizonte. Apesar da proximidade com a capital, o distrito possui apenas um posto de saúde e nenhuma farmácia. A produção de remédios “caseiros” a partir de plantas medicinais foi a solução encontrada para garantir o tratamento de saúde dos habitantes.

Receitas populares, como o composto à base de rapadura que combate asma e bronquite, são transmitidas através das gerações pelos mestres griôs. São eles que garantem a manutenção cultural das comunidades a que pertencem. “A incorporação do saber tradicional ao processo é a principal inovação do projeto”, diz a superintendente-executiva do Instituto Kairós, Rosana Bianchini.

Além disso, segundo Rosana, Farmácia Viva trabalha a cadeia produtiva como um todo: desde o plantio até a produção em laboratório, o que resulta na fabricação de sete tipos de medicamentos, entre xaropes, pomadas e loções. A matéria-prima, que inicialmente precisava ser comprada, hoje vem das hortas familiares. “Praticamente cada família possui uma em casa, o que fortalece uma grande rede de educação solidária por meio de trocas de mudas, conhecimento e fortalecimento da tradição e da identidade local”, comemora Rosana.

Desde a implementação do projeto, em 2004, cerca de 12 volun-

tários foram capacitados pelo Instituto e hoje desenvolvem a rotina diária de produção dos fitoterápicos. O treinamento consiste em multiplicar o conhecimento e fortalecer as práticas locais, além de garantir o padrão de qualidade no plantio, produção e utilização dos alimentos e remédios caseiros.

O ciclo se completa com ações de sensibilização realizadas nas escolas para disseminar os benefícios dos fitoterápicos entre crianças, adolescentes e seus familiares. Em paralelo, médicos e agentes de saúde da comunidade são treinados para recomendar o uso dos medicamentos.

Com respaldo da “Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no Sistema Único de Saúde”, que recomenda a fitoterapia como um recurso terapêutico e fator que incentiva o desenvolvimento comunitário, o projeto Farmácia Viva será expandido a todos os postos de saúde do município.

“Além de abastecer a produção local, o objetivo é atingir novos mercados. Sempre através de um trabalho produtivo comunitário que gere renda aos moradores da região”, planeja Rosana, sem pressa. De acordo com a superintendente, o ritmo das ações deve estar em compasso com o ritmo da comunidade. Daí vem o nome do Instituto: “kairós” é uma palavra de origem grega que significa a contagem do tempo a partir das batidas do coração. (RD)



Foto: Divulgação

Plantas e raízes de minas são matéria-prima da Farmácia viva

Sociedade organizada evita fraude em prefeitura

A Constituição Brasileira garante a todo cidadão o direito de escolher seus governantes e o dever de cobrar deles o atendimento às demandas sociais. Em Maringá, interior do Paraná, a associação civil Sociedade Eticamente Responsável (SER) exerce esse dever de maneira organizada e efetiva. Em 2007, através do projeto Observatório Social, a fiscalização de apenas 23 das 1.519 licitações da Prefeitura resultou na economia de R\$ 9 milhões aos cofres públicos, revertidos em mais investimentos em obras e benefícios à população.

“O poder público é insuficiente para atender a toda demanda de fiscalização e, além disso, atua sempre depois da fraude, razão pela qual os recursos nunca voltam aos cofres. O Observatório trabalha em tempo real, de maneira preventiva e educativa”, comenta o advogado Ricardo Bruno, presidente da SER.

Segundo a Controladoria Geral da União (CGU), aproximadamente 91,76% das licitações realizadas no País possuem irregularidades. Ao Observatório cabe a tarefa de contribuir para a diminuição desse número, pelo menos em Maringá. Como a equipe é de apenas quatro pessoas, Ricardo decidiu priorizar a fiscalização das licitações de maior volume financeiro. E o trabalho não é pouco.

Eles fazem um estudo comparativo entre o preço máximo que a mercadoria ou o serviço pode atingir, o preço licitado e o custo no mercado, chegando até, em alguns casos, a comprar amostras para comparação. Na existência de irregularidades, um relatório é enviado à Secretaria de Controle Interno do Município solicitando esclarecimentos e providências. Para dar conta do trabalho, a equipe foi treinada por especialistas dos órgãos oficiais de controle externo, como a CGU e o Tribunal de Contas da União (TCU).

Em dois anos, a associação detectou algumas irregularidades recorrentes nos processos licitatórios: especificação inadequada no edital, compras superfaturadas (algumas realizadas inclusive sem licitação), participação de atravessadores, entrega de produto diferente do licitado, e até a compra de mercadorias que não estão à venda.

Hoje, com o trabalho desenvolvido pelo Observatório, os gastos realizados com dinheiro público em Maringá estão mais transparentes: a cidade possui a sua

Ricardo
Costa Bruno,
presidente
da SER

A equipe do Observatório Social analisa dados de uma licitação: em 2007, associação possibilitou uma economia de R\$ 9 milhões à Prefeitura de Maringá

Foto: Divulgação



sala de licitações em local aberto e todas as informações resultantes dos processos são divulgadas no site da Prefeitura. Além disso, as modalidades de licitação tradicional (carta-convide, tomada de preços e concorrência pública) foram substituídas pelo pregão eletrônico, quase um leilão virtual, o que favorece a concorrência e leva os preços para baixo.

A partir da experiência de Maringá, os Observatórios já estão funcionando nas cidades de Goioerê e Campo Mourão, no interior do estado. Além delas, outras 10 no Paraná e mais três em Santa Catarina, Rio de Janeiro e Pernambuco já começaram a implementar a iniciativa, dentro dos padrões estabelecidos pela SER. Para atender à Rede que começa a se formar, um software está sendo desenvolvido para registrar e padronizar a fiscalização. (RD)

Foto: João Luiz Ribeiro-FINEP

REGIÃO CENTRO-OESTE/ ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA E PROFISSIONAL FUNDAÇÃO BRADESCO (MT)

Pão é feito em máquina de lavar

Quem não gosta de comer um pão quentinho no café-da-manhã? Agora imagine se ele tiver sido feito em uma máquina construída com sucata de uma lavadora de roupas. Pois essa foi a solução que os estudantes Gleberison Souza, 18 anos, Pitter Wesley e Clayton Soares, ambos com 19, encontraram para combater a subnutrição dos habitantes do Jardim Vitória, bairro onde vivem na periferia de Cuiabá (MT).

A idéia de construir a máquina surgiu depois de um colega de classe confidenciar aos meninos que a única refeição que recebia no dia era a oferecida na merenda. Com a ajuda de professores da Escola de Educação Básica e Profissional Fundação Bradesco, onde cursavam o terceiro ano do Ensino Médio, eles começaram, então, a procurar nos ferros-velhos do bairro sucatas que pudessem ser reaproveitadas e transformadas em artefatos mecânicos.

A solução foi encontrada nas cubas das lavadoras de roupa, às quais foram acopladas pás para preparar a massa. Com mais alguns ajustes, a engenhoca ficou pronta em 2007, e passou a abastecer a creche do bairro. Transferida posteriormente para a sede da Escola, ficou à disposição da comunidade, que aprendeu a técnica da produção do pão e passou a compartilhar os ingredientes para fabricar o alimento.

“A inovação aconteceu quando saímos da nossa zona de conforto e procuramos fazer algo que pudesse ajudar a comunidade. Literalmente, colocamos a mão na massa”, diz Gleberison. Além dele e de dois irmãos, que já se formaram pela Escola, os pais e outros dois irmãos ainda estudam lá.

As despesas das 50 famílias beneficiadas com a máquina caíram quase pela metade. Se antes elas tinham que desembolsar R\$ 52 por mês para comprar os pães, hoje o valor caiu para R\$ 27 com a compra dos ingredientes. Engana-se quem pensa que esse é o único atrativo da inovação: o tempo de preparo da massa é reduzido (leva cerca de quatro minutos), assim como o esforço físico do operador. Depois de descansar, a massa vai ao forno por aproximadamente meia hora. Cada fornada produz cerca de dois quilos de pão e alimenta quinze pessoas.

“O equipamento não tem a pretensão de resolver um problema de ordem social. Ele proporciona a diminuição dos efeitos da subnutrição de crianças, jovens e adultos da comunidade, com a possibilidade de diminuição dos

Foto: Divulgação



Pitter, Gleberison e Clayton, estudantes construíram engenhoca que produz pão caseiro para alimentar comunidade

gastos com o consumo de pão”, diz o diretor de ensino da Fundação Bradesco em Mato Grosso, Marcos Senna.

A inovação é precursora de outros projetos que estão sendo tocados pela Escola, como o fogão solar: “a meta é estruturarmos uma padaria comunitária, cooperativa que atenderia a creches, escolas, orfanatos e asilos das redondezas”, planeja Marcos.

Há 13 anos, a Escola de Educação Básica e Profissional Fundação Bradesco oferece, em Cuiabá, cursos de alfabetização de adultos, ensino fundamental e médio, além de formação técnica. A primeira foi inaugurada em 1962 em Osasco, interior de São Paulo. Hoje, já são 40 em todo o País.

Segundo a Associação Brasileira da Indústria de Panificação e Confeitaria (Abip), o consumo per capita de pão no Brasil é de 33 quilos ao ano, o menor da América Latina. As regiões Sul e Sudeste apresentam hoje o maior consumo do alimento no País, com média acima de 40 quilos por habitante. Nas regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte, o consumo não chega a 20 quilos. (RD)

Árvore que chora, hoje faz sorrir

Conta a história que a seringueira era chamada pelos povos nativos da Amazônia de cautchu, a “árvore que chora”, por conta do látex que escorre de sua casca. Antes da chegada dos colonizadores à região, ele já era utilizado na fabricação de produtos para uso local, como potes, vasos e garrafas. Hoje, a técnica foi recuperada e os chamados “encauchados” são produzidos com tecnologias de uso industrial. Agora, as lágrimas da árvore geram sorrisos: os seringueiros chegam a ganhar até 20 vezes mais, a cultura é fortalecida, e a floresta, preservada.

O professor Francisco Samonek, diretor do Pólo de Proteção da Biodiversidade e Uso Sustentável dos Recursos Naturais (Polobrio), explica que no sistema produtivo convencional, o quilo da borracha bruta era comercializado a indústrias de pneus e artefatos por R\$ 2,50. “A mesma quantidade, vendida na forma de artesanatos elaborados no novo sistema produtivo, proporciona ao produtor uma renda superior a R\$ 50,00”, conta.

Um dos motivos para a valorização da borracha é a mistura de substâncias naturais, como fibras vegetais, por exemplo, ao látex. O processo, chamado de pré-vulcanização, retira o excesso de água, evitando a propagação de fungos e o desgaste prematuro do material. Com a borracha mais durável, o produto final é conseqüentemente mais competitivo. Outro diferencial do encauchado é a aplicação dos mesmos grafismos usados na pintura corporal dos índios, os ke-

nês. Além de garantirem a continuidade dos traços culturais, os desenhos agregam valor ao produto.

O processo permite, ainda, que índios e seringueiros utilizem todo conhecimento tradicional da atividade. A abertura das estradas de seringueiras, o preparo das árvores, e até os utensílios utilizados no processo, são os mesmos utilizados por seus antepassados. “O tempo do público-alvo e a cultura local, especialmente a dos indígenas, são respeitados. Assim, os participantes se sentem motivados, o que facilita a aprendizagem e a rápida apropriação da tecnologia”, ressalta Samonek.

E o que é bom para eles, é ainda melhor para a floresta. Além de não ser necessária a utilização de energia elétrica na produção, a recuperação da atividade extrativista cria impactos positivos para o meio ambiente. Com o novo processo, não existe mais a necessidade de derrubar as seringueiras para o plantio de culturas mais rentáveis. Assim, as árvores permanecem vivas e produtivas no meio da floresta. “De nada adianta criar áreas de preservação se não forem asseguradas alternativas sustentáveis para o uso racional e lucrativo dos recursos que as florestas têm para oferecer”, completa o professor.

As cerca de 350 pessoas envolvidas no projeto garantem a preservação de quase 13 mil hectares da floresta. Mantas, jogos americanos, toalhas de mesa, porta-lápis, tapetes, camisetas e bonés são alguns dos mais de 20 produtos fabricados nas 19 unidades produtivas espalhadas no Acre e Pará. (RD)



Foto: Divulgação

Índios e seringueiros utilizam conhecimento tradicional na fabricação de produtos com látex